

CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI ORDINÁRIA N° 4037/2015

Ementa

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO DE IBITINGA A EFETUAR A REVISÃO SALARIAL ANUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data da Norma

Data de Publicação

Veículo de Publicação

27/01/2015

Matéria Legislativa

Projeto de Lei Ordinária nº 3/2015 - Autoria: Mesa Diretora

Status de Vigência

Revogada

22/12/2023

Histórico de Alterações

Data da Norma Norma Relacionada

Lei Ordinária nº 5609/2023

Revogada por

Efeito da Norma Relacionada



TDARAIHO . RESPONSABILIDADE . PAZ SOCIAL

LEI Nº 4.037 DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Autoriza o Poder Legislativo de Ibitinga a efetuar a revisão salarial anual, e dá outras providências.

(Projeto de Lei Ordinária nº 03/2015, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga)

TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Resolução nº 4.310/2015, da Câmara Municipal, promulga a seguinte lei:

excepcionalmente, para o corrente mês de janeiro de 2015, a data base da revisão salarial junho de 2014, nos termos da presente Lei.

Art. 1°. Autoriza o Poder Legislativo a antecipar anual prevista para o mês de maio, na conformidade com a Lei Municipal n° 3.932, de 25 de

janeiro, será na ordem de 8,69% (oito inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) e celetistas da Câmara Municipal.

Parágrafo Único. Para o ano de 2016, fica mantida a data base no mês de maio.

Art. 3°. Para efeito de aplicação dos valores previstos na 2014, passam a ser os seguintes:

Art. 3°. Para efeito de aplicação dos valores previstos na 2014, passam a ser os seguintes:

ANEXO V

ESCALA DE REFERÊNCIAS

N^o	ERÊNCIA Valor – R\$	
01	1377,10	, /
02	1542,35	
03	1727,43	/ /
04	1934,71/	
05	2166,88	1/
06	2426.90	1
J6	2426,90	1



TRABALHO • RESPONSABILIDADE • PAZ SOCIAL

07	2710.12
07	2718,12
08	3044,29
09	3409,59
10	3818,74
11	4276,98

Art. 4°. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

FLORISVALDO ANTÔNIO FIORENTINO Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração da

P. M., em 27 de janeiro de 2015.

PEDRO WAGNER RAMOS Secretário de Administração

